

registro ambiental
data 13, 08, 98
cod. 62000043



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

" UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONSTRUIR "



Av. Ayrão, 235 - Presitendete Vargas
CEP 69.025-290 - Cx. Postal 1081
Fone: (092) 233-0548 - Fax: (092) 233-0209
E-Mail: coiaca-dh@buriti.com.br
Manaus - Amazonas - Brasil

VI ASSEMBLÉIA GERAL DA COIAB DE 18 A 22 DE MAIO DE 1998

ACRE

MATO GROSSO

RONDÔNIA

AMAZONAS

MARANHÃO

RORAIMA

AMAPÁ

PARÁ

TOCANTINS

LOCAL: CENTRO DE TREINAMENTO DA MAROMBA
RUA SÃO LUIZ, S/N - CHAPADA

MANAUS

-

AMAZONAS


COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR."

2

Manaus/Am, 20 de maio de 1998.

Carta 030/98

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL	
data	1/1/98
cod	62D00043

Ao
 Excelentíssimo Senhor
 Renan Calleiros
 MD, Ministro da Justiça
 Esplanada dos Ministérios - Brasília - DF

Nós, cento e cinquenta lideranças indígenas, representando 56 organizações e 157 povos indígenas dos Estados de Amazonas, Roraima, Acre, Pará, Amapá, Tocantins, Maranhão, Rondônia e Mato Grosso, participando da VI Assembléia Geral Ordinária da COIAB, ocorrendo de 18 a 22 de maio/98, ficamos indignados com a notícia do brutal assassinato do líder indígena *CHICÃO XUCURU - KARIRI (Francisco de Assis Araújo)*, ocorrido hoje (20/05/98), na área indígena Pesqueira, Estado de Pernambuco. Este líder indígena assassinado vinha sofrendo ameaças nos últimos anos, por lutar decididamente pela demarcação das terras de seu povo.

Também expressamos a nossa revolta pelo bárbaro assassinato do líder indígena Kulina, Niho, ocorrido em 09 de maio último, na aldeia Kumaru, município de Tefé, Estado do Amazonas, trucidado a golpes de terçado e machado.

Estes são novos casos de violência que vem aumentar a relação das tragédias e crimes contra os povos indígenas, principalmente de conflitos ligados à terra e que atinge as lideranças que encontram-se à frente da luta de seus povos, como forma de enfraquecer o movimento indígena, e principalmente suas reivindicações para a demarcação de suas terras. É lastimável que essas violências atinjam ainda os nossos povos, enquanto o Estado brasileiro e Portugal preparam-se para celebrar os "500 anos do descobrimento do Brasil", que são para os nossos povos 500 anos de invasão e colonização.

Diante de tamanha barbárie praticada contra os nossos parentes, nós líderes indígenas, reivindicamos:

- Providências imediatas para a punição dos responsáveis por esses crimes e toda forma de violência;
- Agilização de todos os processos referentes à mortes e genocídios de indígenas, que encontram-se "engavetados", como nos casos de massacres dos Ticuna, dos Korubo, dos Yanomami, do assassinato do índio Pataxó Galdino Jesus e outros parentes;
- Aceleração do processo de demarcação de todos os territórios indígenas, como forma de reduzir as pressões e os conflitos ocasionados por problemas de terras.

Solicitamos ainda, que este ministério nos mantenha informados, através de nossas organizações representativas - COIAB/Manaus e CAPOIB/Brasília, dos encaminhamentos assumidos por este ministério com relação às nossas reivindicações.

Atenciosamente.

Leticia Yanomama

Carla - Yanomama - AMARU



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR."

3

- Manoel Antenor Tamy - KARIMUNIA - C. P.A. . I
- VALMIR PANINTINTIN - CUNPIR / OPIPAM.
- Socide REIS CIVAJA - MARUBO
- José Rufino Reis CIVAJ - MARUBO
- BINA MATIS CIVAJA - MATIS
- Sebastião Miguel CIVAJA - MARUBO
- Orlando Karitiana AUNPIR / APK - Karitiana
- Benito André CIVAJA MAXIMANA
- Nevaldino Santuário - CIM Muna - Autazes
- Maria de Nazare dos Santos MUCO - -
- Goldino Pereira de Souza macuxi APER / RR
- Emerico Malheir da Silva CIR / RR
- Jorge Oliveira Duarte CIVAJA AM.
- Antenor de Assis Karitiana CUNPIR
- IDP LBRANDO PAUMARI
- Antônio Maurício
- Ramundo Lopes Paumar
- Francisco Jovent de Almeida V GAMP.
- Adriano Batista Barbosa OPIMP
- Agenor L. da Silva Paumari OPIMP
- Meacir Puruina - OPIMP
- Rondon Vicente de Oliveira / Libeliana
- Rodrigo Mariano Lopes da Silva ARURINÁ
- José Carlos da Silva Maximana - OPITARI / AC
- Cláudio Pessoa Muna CIM
- Akuyy Uaijaji APINA
- Manoel Roque de Souza GAWANAWA - UELACSAM - IAC



- ATOMAS Muanumucu (VONTADEZ) PPS. PONTAL. PUSSURÁ
- São Bento dos Sibs (AMATAPAMA) P.I. FEMBO
- Maria de Jesus dos A Soares AMTA. Para Para Tombe
- Eliene Santos Reis (AMTAPAMA) Bembe
- Fernando Rosa da Silva (Katukina) OPIRJ - Cruzes do Sul - AC.
- Domingos Parintintin OPIPAM
- Máximo Correia dos Santos Torá OPIT
- Alan Narayanoga Sumi Organização Metanella
- Manoel Salvador OGPTB TIKUNA
- ~~Cláudio~~ CIVATA/ATK-AM
- Manoel Barbosa Filho. curaya/manso.
- Leova F.S. Vereze
- Ricardo Pereira - AMARN
- Osvaldo Honorato Mendes - OOPTAS - Tucuna
- Paulo Pontorran - PAN KARRU - PE
- José Severino da Silva manchineri CAPOTB
- José Augusto Caspica COIAB MANAUS
- Sebastião Manchineri UNI-AC
- Carlos Sávio Ferraz - MEIAM - MANAUS
- Jerson Barbosa da Silva OPIRE AC
- Euclides Pereira - CIR - RR
- Alvaro Fernandes Fampaio - FOIRM/AM.
- Euzébio Gonçalves Pereira - CIR - RR
- Sérgio Almeida Brito
- Francisco Velino Batista UNI-RR
- José Souza da Silva - AOTE
- Aldemir Susana Bastos - Alto Solimões - FOCCITT

Adércio Castêdio Manuel FOCCITT Tucun



Oiaóia

- Raimundo Abarra
- Mansel Paiva Rodrigues - FOIRN - DANILWA
- Eugenio Matos Meniz - FOIRN - TARIANO
- Carlos dos Santos Brito - KARIUNA OIAPOQUE
- Manoel Rigoberto UNI Tefe Maxuruma
- Sebastião da Silva Vieira UNI Tefe Tikuna
- Francisco dos Anjos da Sousa Vieira UNI Tefe Tikuna
- M^{te} do Carmo Trindade Serra - COIAB. AM.
- Miguel Curcio Gonçalves Pombura
- João Lopes Guarant
- Claudio Boneto FOIRN TUCANO
- Ytomari Susui SORORO
- Pedro Oliveira Lemle / Antana
- REGINALDO DE OLIVEIRA REIS ATAPAMA-TEMBÉ
- Raimundo Claudio dos Santos, et al.
- Edivane Trindade Martins Muisa
- Joyce da Silva Ribeiro Mura
- Marli Marques Povo Mura Cim
- Luiz de Jesus Fideles = Banawa
- Eva Albertina Fonseca de Oliveira - Bratuca
- Joel Ferreira Lima Poyanawa o AAP-Bi
- Anita Fernandes AMR U



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA

"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR."

- Tamei Fernandez - UNITEFE - COPUAR - KAMESSA
- Inês de Lima Leites
- D. eolinda Freitas - A M A R N - Tucuna
- Domingos Simão M. Xerente - A M A R N - Desana
- Daniel Laranjeira Rodrigues - AIX-TO - XERENTE
- José Maria da Silva - APINAJE-TO - Apinaje
- Gabriel Pacheco dos Reis - UNIDI - Piratupua
- Jader Nunes da Silva - UNI-TOBÉ - MACURSI
- Maria Inês E da Silva - MACURSI
- Marcelo Lopes da Silva - ACITUT - DESSERTO
- Práximo de montes da Condição
- Osvaldo Pacheco de Souza - MURA
- Osvaldo Braga do Valho - mura
- Pedro Batista de Oliveira - mura
- Alexandre dos Santos Cardoso - munduruku
- AMANDO Bregança Vasconcelos - MUNDURUKU
- Manuel Cardoso - UPIMS - Mundurucu
- Silvia Cristina Purunys Kikati
- João Marcos Kikati - CIPK - Kikati - MA
- Benedita Belizário - CLK - Kikati - MA
- Jonas P. Sousa
- Davi Soatto Wilkamus - ACIGMA - Gavião
- João Piarri Baudiero - ACIGMA - GAVIÃO
- João Carlos da Cruz - CIPK - Kikati - MA
- João Evangelista - II - II
- João Evangelista - CIPK - Kikati - MA
- João Evangelista - II - II
- João Evangelista - APITU
- João Evangelista - COIAB
- João Evangelista - Baniwa
- João Evangelista - APITU / APANAI



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR."

- Nilton Makaxi Hexkaryama
- Benfamin Castro - Piratapua - MEIAM-AM
- Osman Alfredo Felix Castro - MEIAM-AM
- Esau Andre Laurentino - TIKUNA - MEIAM-AM
- Dimasio ISAGUG TCHINE - MEIAM-TRIBO TICUNNA
- Alfredo Honorato Mendes - MEIAM - TICUNA
- Artur Jose Diamino TICUNA - CG.T.T
- Pedro Inacio Pinheiro Ticuna CGTT
- Nildo Fernandes CGTT
- Hilda Pinto Felix AMT
- Osaci Maciel Gabriel - APJO
- Kumari waiaipi Apina
- Elvira Furbroio CIR
- Romantino Namajhos FOCCITT - Ticuna
- Pedro Mendes Gabriel OSPTAS - Ticuna.
- Anacleto P. Barreto FOIRN - Tukana
- Miguel B. Maia FOIRN - TUKANO
- Pedro Jani FOIRN - TARIANO
- Maria Riquelina B. Rachado AMAAN - TUKANA
- Zilda da Silva, Valacis AMIS MI
- Natanael dos Santos Souza ORSISM marau
- Paulo Batista coord. geral CBTSM/MARAU
- Osacir Batista Garcia coord. Gerad - CBTSM/ANDARA
- Sebastião Ramos Nequeira O6PTB Ticuna
- DOMINGOS BARRATO CAPOIB - TUKANO
- Dionisio Moqueira UNIAR P. Pirataria.
- Hideo Pimentel Tenorio CRETART - TUKUKA

Programa de ação da Coiab 1998 -2003

8

I Introdução

Este projeto corresponde a continuidade das ações desenvolvidas no âmbito do projeto de manutenção da Coiab para o período de maio de 1995 a abril 1998, incorporando as principais metas do projeto de implementação de ações integradas no campo político ainda em via de realização.

Pretendemos também através deste projeto fazer coincidir o cronograma de atividades da Coiab com o ano civil, razão pela qual o mesmo se estenderá de maio 98 a dezembro 2003.

É nossa intenção dar início, a partir desse projeto, a um programa mais amplo e duradouro de trabalho, visando a consolidação da Coiab e de suas organizações membros. Os projetos de trabalhos aprovados pelos nossos parceiros das agências de financiamento limitaram-se até o momento em apoiar a manutenção e articulação da Coordenação Executiva da Coiab para períodos de dois ou três anos no máximo, ou ainda respaldando atividades específicas, tais como encontros, assembléias, viagens, trabalhos técnicos, etc...

Fomos ressentindo aos poucos as consequências dessa forma de apoio a Coiab, concedendo o financiamento para períodos relativamente curto de tempo, em função principalmente das exigências postas em termos de gestão administrativas e contábil, e que tem acarretado, sem dúvida, a limitação das próprias potencialidades de nosso movimento. Parece que as dúvidas existentes quanto a capacidade de gestão da Coiab foram maiores do que o crédito depositado nos passos conquistados e no aprendizado realizado num tempo bastante curto, se tomarmos como base a história do movimento indígena.

Sempre tivemos a profunda convicção da nossa capacidade de superar os erros e de adquirir os conhecimentos necessários à otimização dos nossos trabalhos. Além disso, entendemos hoje a relação com os nossos aliados na forma de uma parceria construída a partir da soma de esforços, conhecimentos, recursos e condições para atingir as metas preconizadas pelo movimento. A perspectiva deveria se situar numa acumulação de energias, vontades e confiança, cada qual cumprindo o seu papel ou sua função, seja na qualidade de entidade de apoio ou de financiamento, seja como organizações indígenas da Amazônia.

O mundo atual configura-se de modo tal que torna-se impossível atuar de modo isolado, seja aqui ou na Europa ou nos Estados Unidos na conquista dos direitos de quaisquer segmentos da sociedade, razão pela qual torna-se necessário madurecermos as nossas relações de parcerias. A Coiab desde o ano passado vem trabalhando na perspectiva de discutirmos esta questão de modo franco e aberto num encontro que havíamos programado especialmente para este fim. Não obtivemos de nossos parceiros a resposta esperada quanto ao seu interesse em participar de tal iniciativa. Não desistimos, e esperamos poder realizar este debate na ocasião da Assembléia Geral da Coiab em maio próximo.

Este assunto já vem sendo discutindo na Coiab há algum tempo, verificando a necessidade de ampliar a nossa perspectiva, pensando na Coiab e no movimento indígena da Amazonia com maior ousadia e a mais longo prazo. O programa aqui definida representa o fruto dessa reflexão e define as linhas de trabalhos indispensáveis para responder aos desafios colocados para o nosso movimento para os primeiros anos do proximo milénio.

E nesta mesma perspectiva que procuraremos adaptar o Estatuto Social da Coiab na proxima Assembleia Geral, aumentando inclusive o tempo de mandato da Coordenação no sentido de fornecer aos coordenadores o tempo habil necessário para poder implementar e desenvolver as ações previstas neste programa.

II Contextualização

O movimento indígena enquadra-se hoje numa realidade bastante complexa e difícil considerando a posição extremamente ambígua do Brasil ao procurar reproduzir o espectro globalizante da modernidade num Brasil de duas marchas, impondo as suas severas implicações no campo social e econômico para grande parcela da população, incluindo-se aí os povos indígenas. A Coiab e o movimento indígena configura-se hoje numa postura não apenas de reação às políticas públicas que dizem respeito aos povos indígenas mas de construção de uma sociedade distinta que ofereça condições mais dignas de vida para o povo.

Os últimos anos se caracterizaram pela tentativa de conquistar espaços que durante décadas haviam sido completamente fechados ou esvaziados de quaisquer valores democráticos ou possibilidades de intervenção dos diversos

segmentos da sociedade. A Coiab e outras organizações indígenas atuaram nesta perspectiva, mas, do mesmo modo que os outros movimentos sociais, sentindo permanentemente àquele gosto amargo e a triste sensação de ter que correr atrás do prejuízo, tentando responder uma após a outra às jogadas políticas concebidas para reduzir os direitos fundamentais dos povos indígenas.

Percebeu-se que a postura apenas de crítica ou de denúncia diante das atitudes arbitrárias ou incoerentes do Estado já não produziam os resultados esperados, inclusive a nível internacional, devido a postura " conciliadora " do Brasil diante dos credores internacionais.

Esta realidade faz com que a Coiab redefinissem de certa maneira a sua estratégia política em relação ao Estado, procurando construir **espaços de negociação** que correspondem às necessidades do movimento indígena.

De uma atitude de **reação** estamos portanto procurando assumir cada vez mais uma postura **ativa e propositiva**, participando, ocupando espaços, sensibilizando, revelando a riqueza dos povos indígenas e fazendo valer os nossos direitos. Isto significa também ampliar o leque de aliados ao movimento indígena, agregando a questão indígena às outras lutas sociais em busca de verdadeira cidadania. Trata-se desta forma de irmos conquistando passo a passo novos direitos, que representam de certa maneira os instrumentos essenciais e a condição de nossa autonomia.

No que diz respeito a situação dos povos indígenas na Amazônia, podemos afirmar que as condições de vida nas aldeias vêm piorando nos últimos anos, com uma situação de saúde cada vez mais precária, e ocorrendo situações de subnutrição e mesmo de fome em 27 % da população indígena, como foi constatado no documento " Mapa da fome entre os povos indígenas do Brasil " de autoria do Conselho Indígena Missionário.

Os casos de malária, dengue, cólera, tuberculose, tem aumentado nos últimos anos afetando seriamente um número elevado de índios.

A escassez alimentar tornou-se uma realidade para muitos povos, que já não encontram na caça, na pesca e na colheita a fonte de proteína ou de vitamina suficiente para um sustento equilibrado. Daí a necessidade de avançar na busca de alternativas econômicas que venham suprir tais deficiências, além de propiciar novos mecanismos de intercâmbio no comércio regional.

As invasões de nossos territórios e os conflitos tampouco diminuíram nos últimos anos, inclusive das áreas já demarcadas.

III Princípios básicos

A Coiab incorpora em seus princípios fundamentais os resultados do encontro de lideranças indígenas recentemente realizado em Manaus (ver documento anexo N.) que definiu diversas estratégias no sentido de fortalecer o movimento indígena da Amazônia, em relação a demarcação das terras indígenas, o processo de autonomia das organizações tradicionais, as alianças inter-tribais e a autonomia sócio-cultural e econômica.

Tais princípio somam-se a filosofia de trabalho da Coiab, que a partir de sua própria experiência, se propõe em adequar a sua ação a partir das seguintes metas:

- 1. Orientar o trabalho da Coiab para uma maior articulação com as bases do movimento;*
- 2. Estimular ações que contribuem mais eficazmente para o processo de autonomia das organizações indígenas;*
- 3. Definir um programa de trabalho a ser implementado durante os dez próximos anos;*
- 4. Adequar as relações de parceria política ou técnica da Coiab em função dessas premissas.*

IV Objetivos

4.1 Setor de comunicação

A comunicação permanece uma frente de trabalho fundamental par a Coiab. A realidade indígena e amazônica se caracteriza pelas enormes distâncias, às difíceis vias de acesso e ainda pela dispersão e o isolamento das aldeias e povos indígenas.

Já foi sinalizado em encontros do Conselho Geral e na própria Assembléia Geral de maio 1996, a necessidade de tornar a comunicação entre as aldeias, as sedes regionais e a coordenação da Coiab em Manaus mais ágil, fazendo uso inclusive de instrumento mais apropriados que valorizam a comunicação verbal.

A Coiab conseguiu, nos dois últimos anos, instalar redes de radiofonia em várias regiões e reforçar outras já existentes, com o auxílio da entidade Amigos da Terra. Mas apesar desse esforço, não alcançamos os objetivos mais amplos previstos para este setor e fundamentados no *projeto para a implementação de ações integradas no campo político* pela falta de recursos financeiros. A distribuição do nosso boletim tampouco pôde ser editado como queríamos pelas mesmas razões.

Hoje, optamos por uma proposta mais ousada que está sendo considerada num projeto específico e cujo resumo apresentamos aqui;

1) Será construído um pequeno complexo de dois andares na parte posterior da sede da Coiab (onde se localiza o atual local de encontro) para atender as necessidades do setor de comunicação, entre outros, contendo:

- um auditório com todos os equipamentos necessários à realização de encontros, seminários, palestras, etc...

- a estruturação de um banco de dados que reunirá informações sobre a situação fundiária das terras indígenas e sobre a realidade indígena mais geral:

- a instalação de uma biblioteca e de um local de reunião e de estudo;

- diversas salas de trabalho para o representante da Copiar e para outros setores de trabalho da Coiab, como saúde, formação, economia.

2) A Coiab dará início aos programas de rádio destinados à população das aldeias através das emissoras que difundem as suas ondas para toda a região Amazônica. (Rio-Mar, difusora, etc...);

3) A realização de pequenos vídeos sobre a questão indígena destinados tanto para a população indígena quanto para a sensibilização da opinião pública a respeito da situação e dos direitos indígenas.

4) Recursos para a assessoria de comunicação da Coiab.

5) A confecção de um pequeno boletim informativo para a divulgação do movimento indígena junto aos aliados e a sociedade envolvente.

Pretende-se com isto reduzir os custos relativos a hospedagem, local de encontro e outros uma vez que as reuniões ordinárias da Coiab, os cursos poderão ser realizados neste espaço.

4.2 Formação

A experiência da Coiab e de muitas organizações membros tem demonstrado, nestes últimos anos, a carência de formação dos líderes e agentes indígenas envolvidos de alguma maneira no movimento indígena. Diversas tentativas foram realizadas no intuito de responder a esta demanda cada vez maior, principalmente a partir de 1995, quando a Coiab procurou realizar algumas atividades na área de formação, que podem ser classificadas da seguinte maneira:

- realização de encontros temáticos específicos que tinham o objetivo de aprofundar o conhecimento e conscientizar as lideranças a respeito de determinadas problemáticas, com o objetivo, a partir daí, de fundamentar uma postura política do movimento. Foi o caso por exemplo das discussões em torno do Decreto 1775 para discutir o teor desta nova proposta de encaminhamento da demarcação das terras indígenas; do encontro com antigas lideranças para analisar o processo organizativo dos índios da Amazônia; dos diversos debates e estudos realizados sobre saúde e educação indígena, ou ainda no sentido de rediscutir a lei de Mineração então debatida no Congresso Nacional.

- realização de estudos ou cursos temáticos na ocasião dos encontros do Conselho Geral da Coiab, abordando questões relevantes para os dirigentes das organizações tais como: administração, contabilidade, bio-diversidade, propriedade intelectual, política indigenista do estado Brasileiro, etc.

- realizando ou colaborando com a realização de cursos nas regiões, como foi o caso com a Antapama e a Foirn em administração contabilidade, gestão de projetos.

- participação de líderes indígenas em diversos encontros organizados por instituições, Organizações-não-governamentais, universidades, etc., nos quais aguçaram o seu conhecimento a respeito de uma multitude de questões de interesse da sociedade brasileira ou de segmentos dela.

Tais iniciativas foram importantes e suscitaram um enorme interesse por parte das lideranças, e não tiveram maior impacto por representar experiências muito pontuais sem perspectiva de continuidade ou sem serem inseridas num programa de formação mais consistente pensado a longo prazo.

Essas experiências serviram também para verificarmos as vantagens significativas de realizar os cursos nas próprias regiões articulados com as organizações locais.

Pensar na formação indígena representa um enorme desafio principalmente considerando a situação da educação escolar nas aldeias, do jeito como ela vem sendo ministrada pelo Estado, por missões ou através de algumas iniciativas particulares. Na grande maioria dos casos, a educação vem sendo imposta sem qualquer respeito nem preocupação com o sistema educacional tradicional, impondo um currículo e um calendário escolar distantes da realidade da aldeia.

Isto quer dizer que poucos índios conseguem concluir o primeiro grau, e uma minoria a oitava série. São exceções àqueles que alcançam o segundo grau, salvo em algumas regiões onde houve um investimento mais maciço na educação escolar, notadamente pelas missões, como foi no caso do rio Negro, onde existe hoje muito alunos indígenas que concluíram o segundo grau, mas ao custo enorme de terem sidos praticamente afastados da sua realidade tradicional e familiar. Com isto, muitos estudantes são mais estimulados em obter algum emprego em São Gabriel da Cachoeira ou Manaus, do que contribuir como movimento indígena ou atuar em sua própria comunidade, contribuindo com os conhecimentos adquiridos ao longo de anos de estudo na cidade.

O nosso maior desafio nesse sentido é de enfrentar a falta de uma educação escolar efetivamente indígena, que garantisse a preparação de nossas crianças

tanto para as necessidades do mundo indígena quanto para àquelas voltadas para a relação com a sociedade nacional.

O nosso objetivo se situa justamente na perspectiva de formular um **programa de formação** que pudesse responder as preocupações acima, sendo voltado para a realidade do nosso movimento e as carências das lideranças indígenas.

Já estamos atuando em duas frentes no sentido de melhorar a educação indígena. A primeira junto ao Instituto de Educação Rural do Estado do Amazonas - IER/AM, no sentido de formar um Conselho Interinstitucional de Educação Escolar Indígena com participação paritária das lideranças e professores indígenas. Acabou de ser realizado no mês de maio 98 o I Seminário de Educação Escolar Indígena no Estado, durante o qual foi assinado o Decreto de criação desse Conselho pelo Governador do Estado do Amazonas.

Numa segunda frente, já estamos em negociação com a Universidade Federal do Amazonas no sentido de viabilizar o ingresso de alguns estudantes indígenas nessa Universidade sem necessidade de prestar o vestibular. Serão reservadas vagas (o número ainda não foi definido) em várias áreas de conhecimento. A Coiab, a Copiar e o Meiam ficarão com a responsabilidade de acompanhar esses alunos conjuntamente com uma comissão da Universidade. Será realizado uma primeira experiência em 1998, como alunos ouvintes.

As necessidades fizeram com que procurássemos incorporar tanto a *formação política*, que seria justamente aquela destinada ao amadurecimento de uma consciência indígena, quanto a *formação técnica*, voltada para as necessidades impostas na relação com o mundo ocidental.

Achamos de fundamental importância manter esta perspectiva dirigida para uma melhor preparação de nossas lideranças para enfrentar um mundo onde existe cada vez menos espaços para nossas especificidades étnicas e culturais.

A formação política deverá merecer uma atenção especial, uma vez que os anseios e o próprio futuro do movimento depende de uma consciência crescente em relação aos caminhos a serem trilhados para alcançarmos os nossos objetivos. É preciso definirmos melhor a relação que almejamos manter com a sociedade não-indígena, em saber como assimilar novos conhecimentos

sem portanto esquecer àqueles orientados para a nossa cultura e nosso movimento.

Consideramos então necessário fazer de cada encontro, cada articulação, cada debate entre nossos povos e nossas lideranças, um momento de reflexão, de análise, de intercâmbio, de valorização de experiências indígenas inovadoras, de mergulho na própria cultura.

Estamos prevendo nesta perspectiva estimular o conhecimento de propostas inovadoras que reforçam a formação de uma consciência política indígena, ou que valorizam aspectos relacionados com o mundo indígena: como por exemplo:

- programa de saúde desenvolvido pela UNI/Acre;
- projeto de autodemarcação dos Kulina do meio Juruá;
- experiência de museu realizados pelo centro Máguta dos índios Ticuna;
- experiências existentes na política partidária como em São Gabriel da Cachoeira, na área Ticuna ou no Oiapoque, onde foi eleito o primeiro Prefeito indígena.

Em relação a formação técnica, as organizações vem solicitando um apoio sempre maior por parte da Coiab, pelo fato de não possuírem recursos para realização de cursos, além da carência, no interior, de encontrar pessoas com as competências técnicas adequadas para contribuir na assessoria e administração de cursos e que possuem a sensibilidade e conhecimento requeridos para trabalhar com um público indígena. As áreas mais solicitadas pelas bases foram os seguintes: administração, contabilidade, gestão de projetos, agronomia, computação, mecânica, questões ambientais (biodiversidade, propriedade intelectual, manejo dos territórios indígenas) economia de mercado, política indigenista, direitos indígenas, etc...

Procuramos neste projeto responder a esta demanda crescente lançando às bases de um programa de formação mais amplo partindo dos princípios seguintes:

Cursos regionais

Serão realizados cursos regionais para lideranças e agentes indígenas atendendo as prioridades e necessidades mais prementes. Tais cursos serão organizados na forma de módulos temáticos cujo conteúdo será distribuído em

vários cursos, permitindo um aprofundamento progressivo dos candidatos a matéria que lhes interesse. A participação aos cursos mais avançados dependerá da capacidade de assimilação (ou conhecimento correspondente) das etapas anteriores. A preparação, organização e realização dos cursos regionais deverá contar com a participação direta das organizações de base. Os Conselheiros da Coiab terão um papel fundamental no acompanhamento desse processo.

Cursos de aprofundamento técnico em Manaus ou outras localidades

As organizações indígenas, inclusive a própria Coiab em sua sede central, tem ressentido a necessidade de preparar de modo mais sério quadros indígenas para assumir determinadas funções em suas comunidades ou organizações. Os cursos temáticos de curto duração não tem respondido a está carência. A Coiab pretende neste aspecto, estreitar o vínculo com a Universidade, com os cursos profissionalizantes no intuito de oferecer de modo regular vagas para indígenas.

4.3 *Articulação da Coiab*

a) articulação regional

A articulação da Coiab se deu até o momento do seguinte modo:

- realização dos encontros do Conselho Geral da Coiab há cada quatro meses;
- contribuição dos Conselheiros na forma de rodizio na sede da Coiab;
- participação às assembléias indígenas locais e regionais;
- acompanhamento de situações de conflitos;
- acompanhamento do processo de demarcação das terras indígenas gerenciado através do PPTAL;
- visitas ocasionais às equipes de coordenação local.

Analizamos em diversas ocasiões esse trabalho de articulação percebendo-se que:

- a grande carga de trabalho da Coordenação Executiva da Coiab reduzia as possibilidades de uma aproximação com as organizações locais e regionais e, por consequência da própria população indígena:

- as atividades desenvolvidas nas bases foram realizadas de modo descontínuo, tornando-se difícil fortalecer uma dinâmica de relação mais estreita entre as organizações membros e a Coordenação Executiva da Coiab ou o Conselho Geral.

Essa percepção deu margem a novas estratégias de ação no sentido de fortalecer a relação entre as diversas instâncias da estrutura da Coiab (povos indígenas, organizações locais ou regionais, Conselho Geral e Coordenação Executiva), a partir do seguinte esquema:

1. Criar condições de atuação para os Conselheiros da Coiab em suas áreas, especificando o seu papel e favorecendo a sua participação mais ativa nos trabalhos da organização, inclusive dando-lhe condições de trabalho;

2. Realização de duas visitas anuais da Coordenação Executiva da Coiab junto às principais organizações regionais (ex: Foirn, Uni/AC, CIR, CGTT, CGTSM, CIVAJA, Antapama, etc...) com o objetivo de discutir a linha política da organização a partir das experiências regionalizadas;

3. Acompanhamento do processo de demarcação dos territórios indígenas, através do Programa Piloto - PPTAL. Considerando o ritmo atual do processo demarcatório, avaliamos que a conclusão dos trabalhos não se dará antes de dez anos, apesar do calendário extremamente otimista da Funai. Prevemos realizar neste campo as seguintes atividades:

- estruturação de um projeto dirigido ao PPTAL para garantir o efetiva acompanhamento pela Coiab e organizações membros de todo esse processo;
- fiscalização dos trabalhos de demarcação no campo;
- realizar encontros junto com as lideranças indígenas nas áreas afim e discutir as propostas de demarcação em pauta;
- estimular, ao nível das organizações locais, o debate com as lideranças e a população das aldeias, outras questões de interesse do movimento.

A experiência tem nos revelado que a demarcação em si pouca garantia oferece na proteção dos territórios indígenas, e que a mesma depende fundamentalmente de uma estratégia de fiscalização, ocupação e de desenvolvimento econômico que os índios neles implementarão.

Observa-se inclusive a necessidade de fomentar discussões no que diz respeito aos problemas existentes em função do processo sempre maior de sedentarização que vem ocorrendo nas aldeias, com todas as suas implicações (problemas sociais, alcoolismo, caça e pesca mais escassa, roças muito distantes, superpopulação, etc...).

b) Articulação nacional e internacional

A Coiab adquiriu uma experiência respeitável na articulação política com outras instituições ou entidades a nível nacional e internacional, ocupando inclusive espaços significativos em termos de representação do movimento indígena em diversas instâncias governamentais onde são debatidas questões relativas, de algum modo, com os direitos indígenas.

A dificuldade residiu talvez mais no sentido de ocupar tais espaços com qualidade e o devido suporte técnico, principalmente no tocante as questões de extrema complexidades, como o são as leis de patentes, propriedade intelectual, legislação ambiental, etc... Percebemos nossas limitações e a necessidade de nos preparar melhor para acompanhar as temáticas em discussão com plena participação e um poder efetivo de intervenção, dando sugestões, opinando, questionando, etc... Novamente, temos sido vítimas do pouco tempo disponível diante da demanda enorme da agenda da Coiab, fazendo com que a nossa participação nem sempre deu o resultado almejado.

Não sendo possível responder a todas as demandas, queremos priorizar a nossa atuação na esfera da política nacional e mesmo internacional, fazendo com que possamos investir e acompanhar os dossiês de perto, com o nível de competência e a qualidade de participação requeridos, principalmente se quisermos influenciar de alguma maneira a postura do Estado em relação aos direitos indígenas.

Dessa forma, pretendemos reforçar a nossa presença junta a algumas destas instâncias, entre a quais:

- o Grupo de Trabalho Amazônico;
- a Coordenadoria de las Organizaciones Indígenas de la Cuenca Amazônica
-
- COICA;
- o Conselho Paritário da Funai;
- o programa do PPTAL, para a demarcação dos territórios indígenas;
- o programa DST/Aids, para os povos indígenas.
- o Conselho de Educação Escolar Indígena do Estado do Amazonas.

A nível internacional, a nossa presença vem se dando no acompanhamento da questão indígena junto às Nações Unidas (Grupo de Trabalho sobre as Populações Indígenas, Sub-Comissão e Comissão dos Direitos Humanos, OIT.) e outros organismos que discutem a questão indígena.

O nosso companheiro Sebastião Manchineri, ex-coordenador da Coiab, realizou em 1997 um curso de seis meses sobre a questão dos Direitos Humanos relacionados com a questão indígena na cidade de Genebra, e em muito poderá contribuir com estas discussões a nível internacional.

4.4 Setor econômico

Ja se fala da necessidade de estruturar um setor econômico na Coiab há algum tempo, mas querendo aprofundar a reflexão para determinar o papel da Coordenação Executiva em Manaus neste novo campo. A responsabilidade de desenvolver projetos econômicos alternativos cabe às organizações de base e às próprias comunidades. A nossa preocupação se faz no sentido de compreender como a Coiab pode contribuir naquilo que representa certamente um dos maiores desafios para os nossos povos, ou seja, a capacidade de produzir e comercializar para um mercado maior e com uma nova gama de produtos, além daqueles tradicionalmente negociados com os marreteiros, regatões, atravessadores, etc.. tais como a farinha, o artesanato, a banana, macaxeira e outros produtos da roça, o produto da caça e da pesca, a madeira, a borracha ainda em algumas áreas, ou outros materiais extraídos da floresta.

Este tema tem voltado com frequência nas nossas discussões, tanto nas áreas quanto no seio das equipes de coordenação, sendo possível avaliarmos a realidade a partir das seguintes reflexões:

- torna-se cada vez mais difícil para os povos indígenas subsistir segundo as práticas tradicionais, (agricultura, caça, pesca, colheita, etc..) por diversos motivos principalmente relacionados com as interferências trazidas no contato com a sociedade nacional;

- os produtos oriundos das comunidades indígenas são comercializados segundo um esquema imposto pelos patrões e comerciantes a nível regional, que favorisa a exploração da mão de obra indígena e desvaloriza completamente o preço de sua produção;

- não há por parte do Estado uma política voltada para estimular a produção e comercialização dos produtos do interior. Vale lembrar neste sentido que o municípios do interior do estado do Amazonas contribuem apenas com 1,3 % do PIB anual de todo o Estado. Isto significa que todos os incentivos são dirigidos para a cidade de Manaus e a sua Zona Franca;

- a mentalidade paternalista e assistencialista do Estado e de algumas missões imposta durante décadas sobre os nossos povos, afetou a nossa capacidade de reação no sentido de buscar novas alternativas, colocando a nossa população numa postura de submissão e de dependência, sempre esperando pelo terçado, pelo forno ou outro artigo manufaturado que será doado pelo prefeito local, pelo missionário, ou pela própria Funai;

- não houve até o momento por parte dos aliados ao movimento indígena, uma sensibilização no sentido de apoiar iniciativas ou projetos que visam a introdução de novas estratégias econômicas para os povos indígenas, ocorrendo inclusive uma carência de assessoria técnica para contribuir com este processo.

- os novos interesses voltados para as áreas indígenas em termos de aproveitar de nossos conhecimentos tradicionais e da nossa sabedoria sobre a biodiversidade e o meio ambiente Amazônico, para fins de patenteamento e comerciais representam uma nova ameaça para os nossos povos.

Percebe-se então a imperiosa necessidade de traçar um novo rumo no campo econômico, apesar das grandes limitações existentes no contexto atual. A Coiab decidiu realizar um passo formulando uma política de apoio às suas organizações membros segundo o esquema a seguir.

Trocas de experiência

O movimento indígena tem aproveitado muito pouco até o momento a riqueza e diversidade de experiências realizadas pelos próprios povos ou organizações indígenas. Objetivamos, neste projeto, intensificar e estimular visitas de experiências ou projetos dos mais diversos tipos que vêm sendo desenvolvidos no campo econômico.

Já identificamos algumas experiências interessantes para darmos início a este processo;

- projeto do PDVA do Conselho Indígena Mura (beneficiamento de babaçu);
- projeto de gado do Conselho Indígena de Roraima;
- projeto de exportação de guaraná pelo índios Sateré-Mawé;
- projeto de proteção de lagos entre os índios kambeba e ribeirinhos da região de Tefé;
- projetos sobre biodiversidade pela COICA;
- projetos de ecoturismo e de criação de peixe entre os índios do Alto Rio Negro, etc...

Apoio político às iniciativas locais e regionais

A Coordenação Executiva da Coiab pretende a partir deste projeto criar condições para dar apoio às propostas de alternativas econômicas das bases se comprometendo a :

- difundir tais experiências;
- favorecer o intercâmbio com experiências que poderiam servir de referência;
- participar das discussões políticas envolvendo projetos específicos;
- buscar assessoria especializadas para fornecer o suporte técnico necessário ao desenvolvimento destes projetos;
- verificar junto ao estado os aspectos legais para comercialização de produtos, ou outras articulações necessárias.
- promover discussões políticas referentes as novas alternativas possíveis para os povos indígenas.

4. 500 anos do descobrimento do Brasil

Já estão em andamento os preparativos para as festividades dos 500 anos de descobrimento do Brasil que serão realizadas no ano 2000. A história a que se refere esta comemoração está profundamente enraizada como sendo a história verdadeira, a história da colônia, do triunfo dos portugueses, do desenvolvimento promovido pela sociedade européia.

A história tem diversas facetas, dependendo do ângulo a partir do qual você situa o momento histórico e os acontecimentos. Infelizmente, a luneta da história oficial sempre olha de lá para cá, e muito pouco caso tem feito a nossa história, a história dos povos que já se encontravam aqui antes da "pseudo descoberta" e do processo de colonização que lhe sucedeu.

Nós povos indígenas, não temos nada para comemorar, a não ser uma história de sofrimento, de violência e usurpação de nossas terras, que causou o desaparecimento de milhares de povos indígenas que povoavam do norte ao sul este país. Mas tampouco queremos ficar nos lamentando. Os povos indígenas que hoje ainda existem no Brasil, estamos bem vivos, e com muita garra para continuarmos vivendo.

Vamos aproveitar desse momento histórico para revelar a nossa existência ao mundo, lutando ainda mais pela defesa dos nossos direitos, para acelerar o processo de demarcação de nossos territórios e conseguir mais apoio para nossa luta.

Pretendemos portanto nesta oportunidade:

- organizar um encontro de lideranças indígenas, conjuntamente com o CAPOIB no estado da Bahia (Porto Seguro), primeiro local de desembarque dos colonizadores;
- elaborar diversos materiais de informação que revelam a verdadeira história dos povos indígenas e de sua luta;
- articular-se para a efetiva conclusão do processo de demarcação dos territórios indígenas.

V Metodologia

O trabalho desenvolvido pela Coiab obedeceu a determinadas práticas e estratégias políticas que foram construídas ao longo do tempo, desde a criação da Coiab, passando por diversas fases e etapas bastante características de aprendizado, procurando forjar passo a passo uma organização com identidade própria cujo funcionamento seja o mais apropriado para atender os seus propósitos. Dentro do universo de elementos novos adquiridos no contato com a sociedade nacional, que vai da administração, a burocracia, passando pelo trabalho de articulação política, até o jogo de cintura para firmar alianças, etc... alguns foram perfeitamente assimilados ou adaptados com as necessidades do nosso movimento, outros menos.

Podemos dizer por exemplo que o trabalho de articulação foi efetuado com grande desenvoltura e capacidade de nossas lideranças em lidar com o poder do Estado, as instituições políticas, a luta pelo reconhecimento dos direitos indígenas. Por outro lado, às questões administrativas, a contabilidade, a burocracia, representaram sem dúvida um peso maior pela sua característica fundamentalmente técnica.

A questão do mandato da Coordenação está também merecendo toda a nossa atenção, pelo motivo de que a duração atual do mandato da Coordenação de dois anos torna praticamente impossível a construção de um programa de ações a mais longo prazo além de dificultar o aprendizado das novas equipes, que nem sempre tiveram experiências com as tarefas administrativas. Quando os Coordenadores começam a se adaptar, compreendam o seu papel e a própria lógica do trabalho da Coiab, dois anos já se passaram, e são novamente substituídos através do ato legal e estatutário das eleições bienais.

Percebemos além disso que a estrutura atual da nossa organização não facilita a articulação entre as suas diversas instâncias, haja visto por exemplo, a situação do Conselho Geral, formado por lideranças indígenas que não assumem diretamente uma responsabilidade política nas organizações regionais e locais. O problema de comunicação e repasse de informações dos Conselheiros tanto com as suas bases quanto com a Coiab ficou patente e impediu de certa maneira uma participação e um envolvimento maior das organizações membros nas ações da Coiab.

Não podemos esquecer a complexidade e a extensão do movimento indígena da Amazônia, as dificuldades inerentes de um trabalho de cunho essencialmente político, em relação ao qual o aprendizado é exigente e apresenta inúmeras dificuldades.

Este programa deverá obedecer a uma nova dinâmica de trabalho, partindo de algumas decisões políticas sem às quais dificilmente poderemos garantir um funcionamento adequado de nossa organização, a saber:

- ampliar o mandato da Coordenação Executiva de dois para quatro anos;
- estabelecer que o Conselho seja formado pelos próprios coordenadores das organizações regionais;
- definir critérios mais claros quanto ao perfil dos candidatos para a Coordenação da Coiab;
- propôr que a equipe de Coordenação seja formada por três pessoas : um Coordenador Geral, um diretor de finanças e um administrador. Em caso de necessidade, a suplência seria assumida por membros do Conselho Geral.

VI Justificativas

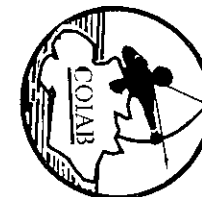
Vale ressaltar que a Coiab já vem acumulando oito anos de experiência organizativa, conquistando com muitos esforços espaços importantes em diversas esferas da sociedade nacional, procurando firmar a nossa presença de modo sempre mais marcante na defesa dos direitos indígenas.

Isto significou atuar em diversas frentes na perspectiva de colocar na agenda do dia as preocupações do movimento indígena como nunca havia sido possível anteriormente na história de contato e de dominação com a sociedade Amazônica.

Tal tarefa muito exigiu de nossas lideranças em termos de adaptação e aprendizado de novos instrumentos de luta, adquirindo a experiência na própria prática, gerenciando os nossos projetos, definindo as estratégias políticas orientadas para as metas de nossa organização. Isto não foi fácil e sem problemas, mas acreditamos ter reunido as condições necessárias para fazer do nosso movimento um instrumento eficaz não só na luta pela defesa dos interesses indígenas, mas principalmente no fortalecimento do processo de autonomia dos povos indígenas da Amazônia.

programas	equipes	metas
formação	01 Coordenador 01 Colaborador Assessoria	- definição de agenda comum com as organizações membros - estruturar o setor para a formação permanente das lideranças e agentes indígenas
comunicação	01 Coordenador político 01 Assessor de comunicação	reestruturar e equipar o setor - inovar comunicação via programa de rádio - agilizar comunicação entre as organizações
articulação	a Coordenação e os Conselheiros	aproximação das bases fortalecer o movimento indígena na Amazônia
econômico	01 responsável indígena 01 Colaborador 01 Assessoria técnica	- favorecer intercâmbios de experiências - estimular iniciativas regionais - definir políticas para a questão econômica
Direitos indígenas	a Coordenação e os Conselheiros Assessoria Jurídica	- Acompanhar todas as questões relacionadas com os direitos indígenas - Definir política da Coiab
500 anos	a Coordenação junto com o Capoib e as organizações indígenas do Brasil	- Abordar os 500 anos a partir da visão e experiência indígena
Educação	01 responsável indígena 01 representante da Copiar	Acompanhar o CEEI e todas as questões educacionais relacionadas com os povos indígenas
Saúde	01 responsável indígena 01 profissional de saúde	Acompanhar a política de saúde estadual, nacional: - acompanhar programas de saúde para as áreas indígenas

**PAUTA DA VI ASSEMBLÉIA GERAL DA COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA -
COIAB
18 A 22 DE MAIO DE 1998 - MANAUS - AMAZONAS - BRASIL**



COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
"UNIR PARA ORGANIZAR, FORTALECER PARA CONQUISTAR."

DIA 18/05	DIA 19/05	DIA 20/05	DIA 21/05	DIA 22/05
<p>8:30 Abertura Oficial. 9:30 Apresentação dos Delegados e verificação de quórum. 10:30 Intervalo 11:00 Apresentação e aprovação da pauta. 11:30 Aprovação do Regulamento Interna da Assembléia Geral. 12:00 Eleição da Mesa Diretora. 12:30 Almoço.</p> <p>14:00 Apresentação das atividades e prestação de contas da Coiab. 15:00 Avaliação da: - Coordenação Executiva - Conselho Geral - Organizações membro 16:00 Intervalo. 16:30 Continuação 18:30 Encerramento 19:00 Jantar</p>	<p>8:00 Emendas ao Estatuto Social da Coiab e aprovação. 10:30 Intervalo. 11:00 Continuidade do item anterior. 12:30 Almoço. 14:00 Apresentação de Diretrizes para o Movimento Indígena: - Análise de orientação; - Conjuntura; - Cooperação; - Prioridades. 16:00 Intervalo. 16:30 Continuação 18:00 Encerramento 19:00 Jantar</p>	<p>8:00 Direitos Povos Indígenas : - Nacionais - Internacionais. 12:30 Almoço. 14:00 Apresentação das organizações indígenas, realidades locais: - Violências; - Conjuntura política; - Limitações; - Avanços. 16:00 Intervalo. 16:30 Continuidade da apresentação do item anterior. 18:30 Encerramento 19:00 Jantar</p>	<p>8:00 Definição de relações de parcerias com as entidades aliadas: <ul style="list-style-type: none"> • autonomia e o futuro dos povos indígenas • papel dos aliados neste processo • construção conjunta de um programa de apoio a mais longo prazo para o movimento indígena. 12:30 Almoço. 14:00 Eleições: a) Coordenação Executiva. b) Conselheiros. c) Representante da região norte no CAPOIB. 18:30 Encerramento. 19:00 Jantar.</p>	<p>8:00 Aprovação do Documento Final. 10:30 Intervalo. 11:00 Avaliação 11:30 Encerramento 19:00 Jantar</p>

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

data: _____ / ____ / ____

cod: 62000093

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA
CGC 63692479/0001-94
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/97


1. RECEITAS		2. DESPESAS	
DOAÇÕES		MANUTENÇÃO EQUIPE	
O.X.F.A.M.	15.405,00	REMUNERAÇÃO	
M.C.I.	79.764,50	Salários e ordenados	40.217,93
I.C.C.O	18.890,91	13o salarios	6.720,29
MISEREOR	13.443,49	Férias	1.885,00
BRODERLIJK DELEN	10.151,53	Indenizações	5.893,32
I.I.Z.	7.071,87	Gratificações	550,00
P.P.M.	53.422,50	Vale transporte	3.765,52
C.E.S.E.	7.820,00	Ajuda de custo	35.961,63
OUTRAS ENTIDADES	91.171,94	Honorários profissionais	5.908,93
TOTAL DE DOAÇÕES	297.141,74	Serviços prestados	1.682,12
		Assist.médica	503,95
		TOTAL REMUNERAÇÕES	103.088,69
RECEITAS FINANCEIRAS		ENCARGOS SOCIAIS	
RENDIMENTOS S/APLICAÇÕES		INSS	4.379,48
Bc.Econômico S/A	295,04	FGTS	3.632,77
Bc.real	244,93	PIS	478,73
TOTAL RECEITAS FINANCEIRAS	539,97	TOTAL ENCARGOS SOCIAIS	8.490,98
OUTRAS RECEITAS		TOTAL MANUTENÇÃO EQUIPE	111.579,67
Recuperações despesas	383,28	DESPESAS ADMINISTRATIVAS	
TOTAL OUTRAS RECEITAS	383,28	DESPESAS FIXAS DA SEDE	
		Água	1.170,33
		Luz	2.594,37
		Despesas de copa	3.033,06
		TOTAL DESPESAS F.DA SEDE	6.797,76
		OUTRAS DESP.ADMINISTRATIVAS	
		Manutenção dos equipamentos	3.776,93
		Material de escritório	9.706,51
		Comunicação	19.091,75
		Transpote urbano	8.618,11
		Conserv.Bens instalações	5.964,23
		Despesa bancárias	2.123,88
		TOTAL OUTRAS DESP.ADMINIS.	49.281,41
		TOTAL DESP.ADMINISTRATIVAS	56.079,17
		DESPESAS C/CONSELHO GERAL	1.777,69
		ENCONTROS DO CONS.GERAL	
		Viagens dos conselhos	12.604,78
		Outrs despesas do conselho	3.696,87
		TOTAL DESP.ENC.CONS.GERAL	16.301,65
		TRABALHO DE ARTICULAÇÃO	
		ARTICULAÇÃO REGIONAL	
		Passagens aéreas	2.317,04
		Passagens fluviais	1.741,90
		Alimentação/hospedagens	2.859,07
		TOTAL ARTIC.REGIONAL	6.918,01
		ARTICULAÇÃO NACIONAL	
		Passagens aéreas	27.091,46
		Transporte urbano	3.020,34
		Hospedagens/alimentação	7.968,17
		TOTAL ARTIC.NACIONAL	38.079,97
		ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL	
		despesas c/viagens	3.679,34
		TOTAL ARTIC.INTERNACIONAL	3.679,34
		TOTAL TRABALHO ARTICULAÇÃO	48.677,32
		CURSOS DE FORMAÇÃO	
		Cursos regionais de formação	38.165,70
		TOTAL CURSOS DE FORMAÇÃO	38.165,70
		OUTRAS DESPESAS	
		Perdas excepcionais	902,79
		TOTAL OUTRAS DESPESAS	902,79
TOTAL RECEITAS	298.064,99	TOTAL DE DESPESAS	271.706,30

28


COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA			
CGC 63692479/0001-94			
BALANÇO PATRIMONIAL ENCERRADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 1997			
ATIVO		PASSIVO	
ATIVO CIRCULANTE		CIRCULANTE	
DISPONÍVEL		OBRIGAÇÕES SOCIAIS A REC.	
CAIXA GERAL		Inss a recolher	2.383,09
Caixa	1,69	TOTAL OBRIG.SOC.A REC.	2.383,09
Bc.C/Movimento		CREDORES DIVERSOS	
Bc.real S/A	360,31	EMPRÉSTIMOS DIVERSOS	
Bc.Excel/Ecoômico S/A	31,56	CIMI	3.200,00
Bc.Excel/Economico S/A	50,00	Gersem Jose dos Santos Luciano	3.201,43
Bc.real S/A	0,08	TOTAL CREDORES DIVERSOS	6.401,43
TOTAL Bc.C.MOVIMENTO	441,95		
		CONTAS DE COMPENSAÇÃO	
		Repasses p/Tereiros	7,60
		TOT.CONTAS DE COMPENSAÇÃO	7,60
		TOTAL CIRCULANTE	8.792,12
APLICAÇÕES FINANCEIRAS		PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
Bc.real S/A	247,25	Patrimônio	34.074,60
Superinvest/excel	489,43	Resultado do exercício	26.358,69
TOTAL APLIC. FINANCEIRAS	736,68	TOTAL PATRIMÔNIO LÍQUIDO	60.433,29
TOTAL DISPONÍVEL	1.180,32		
TOTAL CIRCULANTE	1.180,32		
REALIZÁVEL			
DEVEDORES P/EMPRÉSTIMOS			
Devedores diversos	25.173,21		
TOTAL REALIZÁVEL	25.173,21		
ATIVO PERMANENTE			
IMOBILIZADO			
Imóveis	12.389,08		
Máquinas e aparelhos	8.280,80		
Telecomunicações	1.500,00		
Obras em andamento	2.102,00		
Veículos	18.600,00		
TOTAL IMOBILIZADO	42.871,88		
TOT.ATIVO PERMANENTE	42.871,88		
TOTAL ATIVO	69.225,41	TOTAL DO PASSIVO	69.225,41

Importa o presente Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 1997, na quantia de R\$ 69.225,41 (Sessenta e nove mil duzentos e vinte e cinco reais e quarenta e um centavos) de conformidade com os documentos entregues à contabilidade.

Manaus-AM., 31 de dezembro de 1997.


 Darcy Duarte Comago - Marubo
 Coordenador Geral - CPF 344589052-87
 Coord. Org. Indig. da Amaz. Bras. COIAB
 CGC 63 692 479/0001-94

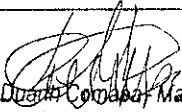
CONSELHO


 Elio S. de S. Machado
 Presidente
 CPF 106688882-20
 Terceiro - COIAB
 Teo. Contab. CRC-GO 8667

COORDENAÇÃO DAS ORGANIZAÇÕES INDÍGENAS DA AMAZONIA BRASILEIRA
CGC 63692479/0001-94
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO ENCERRADO EM 31/12/97

1. RECEITAS		2. DESPESAS	
TOTAL RECEITAS	298.064,99	TOTAL DESPESAS	271.706,30
2-RESULTADO DO EXERCÍCIO			26.358,69
Superávit verificado n/exercício		TOTAL GERAL	298.064,99
TOTAL GERAL	298.064,99		

Manaus-AM, 31 de dezembro de 1997.


Darcy Duarte Coordenador Marinho
 Coordenador Geral/CPF 34459962-87
 Coord. Br. Ind. da Amaz. Bras. COIAB
 CGC 63 692 479/0001-94


Gilberto Marcos Lozi
 CPF 19458387-70
 Tesoureiro - COIAB
 Tec. Contab CRC-GO 8667

CONSELHO

